

Os Dilemas do Exército mais Poderoso do Planeta

(Abril de 2009)

Alvaro de Souza Pinheiro(*)

O Exército dos EUA sempre foi muito competente destruindo. Poderá ser melhor construindo?

1 INTRODUÇÃO

A manutenção de Robert M. Gates como Secretário de Defesa no novo Governo, demonstra, cristalina, que o Presidente Barack Obama entende que há que se impor limites às imposições da política partidária, quando se trata de assuntos de Estado, particularmente, aqueles, transcendentais, diretamente relacionados com a defesa dos interesses vitais do País na segurança nacional.

Ao alvorecer da nova administração federal, a par da grave crise econômico-financeira, de repercussões mundiais, os conflitos no Iraque e no Afeganistão permanecem como temas prioritários da agenda presidencial, até porque os dramáticos episódios de 11 de setembro de 2001, que deram origem à “Guerra Global contra o Terror”, “*The Long War*”, do Presidente George Bush, estão longe de serem esquecidos.

O futuro das ações a serem realizadas naqueles teatros de operações suscitam um intenso debate, que está sendo conduzido, prioritariamente, pelo Pentágono, mas que, certamente, terá importantes consequências globalizadas, sobretudo, para o mundo ocidental. Todo esse debate tem como foco, em última análise, o futuro formato das Forças Armadas dos EUA, um tema cercado por controvérsias e posturas contraditórias, nos mais elevados círculos do poder nacional daquele País.

2 CONVENCIONAL X IRREGULAR

Ao longo de sua história, desde a Guerra da Independência, as Forças Armadas norte-americanas, particularmente, a sua Força Terrestre, desenvolveram o que ficou universalmente identificado como “*The American Way of War*”. Na atualidade, é possível identificar que trata-se de um processo cujas características fundamentais são: apolítico, altamente dependente de tecnologia, focado na potência de fogo, eminentemente agressivo (privilegiando a ofensiva), impaciente, logisticamente excelente, altamente sensível às baixas e profundamente convencional. Paradoxalmente, essa concepção não foi fundamentada nas experiências bélicas, algumas delas, desastrosas, vivenciadas pelos EUA. Muito mais do que isso, essa maneira norte-americana de fazer a guerra expressa realidades culturais vivenciadas ao longo de séculos. E, nesse contexto, encontra-se implícita, uma intensa reação contra qualquer ajustamento nesse estilo que possibilite enfrentar os desafios impostos por inimigos irregulares.

Há que se destacar que, surpreendentemente, na sua história militar contemporânea, o Exército dos EUA enfrentou inúmeros conflitos conduzidos com matizes regulares e irregulares, muitas vezes, simultaneamente. O

próprio Conflito do Vietnam, de 1965 a 1975, é um exemplo clássico de uma guerra desenvolvida com todas as formas de combate. Até a Ofensiva do Tet, em 1968, tratava-se de um combate eminentemente não convencional e irregular, predominantemente conduzido pelas forças irregulares sul vietnamitas, do Viet Cong. A partir daí, em função do insucesso e da crescente taxa de atrito que debilitou, sobremaneira, o Viet Cong, cresceu a presença complicadora do Exército Popular do Vietnam, verificando-se, em consequência, que a guerra tornou-se crescentemente convencional. No próprio Teatro de Operações do Iraque, até mesmo as ações de violência eminentemente irregulares desencadeadas pelos insurgentes de diferentes matizes, em 2004-05, não raro, manifestaram-se na luta pelo controle de importantes acidentes capitais, alguns deles, simbólicos, em áreas densamente urbanizadas, em operações muito semelhantes ao combate em localidades convencional. Nada de novo. Basta recordar os preceitos de Mao Tse-Tung, na sua teoria dos três estágios da guerra revolucionária: a agitação política, a guerra de guerrilhas e o combate convencional, caracterizado pelo emprego intensivo do “exército de libertação nacional”, na fase final do conflito.

Conhecendo-se o processo de educação militar profissional do *US Army*, até o final do século passado, compreende-se o quão arraigado era o traço cultural que reprimia qualquer tipo de preparo para tornar eficiente o combate contra forças irregulares, considerado em alguns círculos profissionais de elevada hierarquia, como tema de última categoria, não digno de se tornar objeto da área cognitiva de profissionais da arte da guerra. E o que se viu, quando da eclosão da “Guerra Global contra o Terror” foi o aparecimento desse traço, mais vivo do que nunca. As três semanas de blitzkrieg conduzidas em março de 2003, do Kuwait até Bagdá, foram espetacularmente bem sucedidas. Porém, a partir daí, ocorreu uma reversão inequívoca, e a luta contra as forças irregulares teve um longo período inicial, verdadeiramente catastrófico. Fontes do Pentágono, mais recentemente, ratificaram que esse insucesso foi consequência dos equívocos impostos pelo então Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que não atendeu aos reclamos dos Oficiais Gerais do Alto Comando (*Joint Chiefs of Staff*), solicitando a presença de maiores efetivos, e o tremendo erro de dissolver, prematuramente, o exército e as forças de segurança iraquianas, o que contribuiu, sobremaneira para o verdadeiro caos social em todo o País. Estes fatos só vieram a confirmar o quão despreparadas estavam as capacitações militares norte-americanas para gerenciar ameaças não convencionais, naquele momento.

3 A TRANSFORMAÇÃO

George W. Bush, quando ainda candidato a Presidente da República, num discurso, na tradicional Escola Militar *Citadel*, da Carolina do Sul, expressou sua visão sobre as prioridades da segurança nacional, como líder político, aspirando tornar-se Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, dois anos antes do 11 de setembro de 2001, tornando público um pronunciamento, em que definia os objetivos a atingir:

Nossas Forças Armadas no próximo século devem ser ágeis, letais, prontamente desdobráveis e requerendo um mínimo de apoio logístico. Devemos estar capacitados a projetar nosso poder a longas distâncias, em dias ou semanas, em vez de meses...No terreno, nossa forças pesadas devem ser mais leves, e nossa forças leves devem ser mais letais. Tudo deve ser mais fácil de desdobrar. E essas forças devem ser organizadas em formações menores e mais ágeis, diferentemente das atuais embaraçosas divisões.

Esse pronunciamento refletiu quase dez anos de reflexões de pensadores militares que acreditavam que, com a queda do Muro de Berlim, o Exército da Guerra da Fria tinha cumprido seu objetivo como um bastião defensivo contra a expansão comunista na Europa, e que, agora, as futuras capacitações deveriam ser totalmente diferenciadas.

Tão óbvias como possam parecer hoje, estas idéias geraram controvérsia no seio do Exército, em 2001. O então *Chief of Staff of the U.S. Army* (CoS-Comandante do Exército), Gen Eric Shinsek, viu-se cercado por um grande número de Oficiais Generais, tremendamente relutantes quanto aos novos objetivos estabelecidos.

No seu embate com os Generais pertencentes ao *Joint Chiefs of Staff* (JCoS), a quem acusava de querer lutar novamente a Guerra do Golfo de 1991, apesar de seus inúmeros equívocos, há que se reconhecer que o Secretário Rumsfeld teve um papel preponderante na trajetória da transformação que sofreram suas Forças Armadas, particularmente, o Exército dos EUA. Duas iniciativas pessoais suas foram fundamentais, naquele momento, na aceleração dessa transformação. A primeira foi o cancelamento do projeto do Sistema de Artilharia *Crusader*, que já se encontrava pronto para entrar na fase de produção em série. O *Crusader* pesava mais de 30 toneladas e exigia vários aviões de grande porte para o seu transporte. Apesar de sua imensa potência de fogo, além do custo exorbitante (dezenas de bilhões de dólares), nada tinha de rapidamente desdobrável, ágil e muito menos, leve. Esse cancelamento gerou reações significativas tanto na cúpula do *U.S. Army* quanto no seio da poderosa indústria de material de emprego militar norte-americana. A segunda decisão que se provou indispensável para o processo de transformação do Exército, foi o sucesso de Donald Rumsfeld em persuadir o General de Exército (quatro estrelas) na Reserva, Operador de Forças Especiais, Peter Schoomaker, a retornar ao serviço ativo, na posição de Comandante do Exército. O Gen Schoomaker era um profissional altamente conceituado, antigo Comandante da famosa unidade contra-terror *Delta Force*, cuja última posição, antes da passagem para a reserva, havia sido Comandante do Comando de Operações Especiais (*SOCOM*), de 1997 a 2000. Selecionando um General da comunidade das Forças de Operações Especiais, Rumsfeld sinalizou para o Exército que a transformação era real.

Para os tradicionalistas nada simbolizou mais o debate, do que a pergunta : “Quantas Divisões o Exército deve possuir?” Ao que Schoomaker, invariavelmente, respondia: “Pergunta equivocada!” Na verdade, a tradição de organizar e mensurar o poder de combate em torno do sistema Divisão tem origens que se estendem a séculos de tradição norte-americana. Na defesa de posições fixas ou de linhas de segurança, tais como as existentes no interior

do território alemão, na Europa, e, na zona desmilitarizada (*DMZ*) na Coreia, durante a Guerra Fria, a força com base no escalão Divisão tinha seu mérito. Na atualidade, entretanto, tal concepção tornou-se totalmente ultrapassada. Primeiro, porque é extremamente difícil “fracionar” uma divisão e empregar apenas parte dela. Para criar uma construção gradual no período de final de 2002 e início de 2003, que antecedeu o desencadeamento da Campanha do Iraque, o Gen Tommy Franks, teve que fazer exatamente isso – reestruturou Divisões, separando unidades, e reformulou totalmente o desatualizado processo de apoio logístico. Destaque-se que o planejamento do Gen Franks, para a fase convencional daquela Campanha, foi um modelo de desdobramento rápido, agilidade e letalidade. Os problemas surgiram quando da eclosão da fase insurrecional..

Outra limitação é que as Divisões tendiam a ser organizadas em torno de funções específicas - divisões blindadas altamente pesadas, divisões de cavalaria mais manobráveis, e assim por diante. Assim, as divisões eram, via de regra, especificamente organizadas, treinadas e equipadas. Durante um rodízio de forças, substituir uma divisão por outra não resultava, necessariamente, na consistente aplicação de capacidades similares ao longo do tempo.

Schoomaker e sua equipe refinaram o plano de reorganização do Exército focados no que se intitulou como “*Brigade Combat Teams (BCTs)*”, o que quer dizer que o escalão Brigada, e não mais a Divisão, tornou-se o elemento básico de combate. Os novos *BCTs*, diferentemente das brigadas do passado, possuem unidades de apoio ao combate e apoio logístico, permanentemente integradas, o que facilita o seu emprego, isolado, em combate, principalmente, porque as brigadas adestram-se, empregando essas unidades, o que estimula, sobremaneira, a familiarização do trabalho com elas.

As divisões ainda existem, em número de 10, porém, atualmente, operam mais como os Corpos de Exército (os quais coordenam as ações de até cinco divisões, e tendo algumas unidades de apoio diretamente sob seu comando). As divisões, atualmente, enquadram até quatro *BCTs*. Cada um deles possui o efetivo de cerca de 3500 a 4000 combatentes. Novas armas e equipamentos estão sendo testados e distribuídos, especialmente no contexto da concepção *Network Centric Warfare* (Guerra Rede Cêntrica), na qual, a difusão das informações aos comandos nos diversos níveis se faz simultaneamente, em tempo real, visando uma perspectiva de consciência situacional, até agora inédita e imprecedentede, do campo de batalha, qualquer que seja o ambiente operacional em presença. Destaque-se o emprego de comunicações baseadas em satélite e software Internet de combate, grande número de sensores, robots, sistemas de vigilância computadorizados e outros.

Ainda existem problemas a resolver, inclusive as unidades desdobradas nos teatros do Iraque e Afeganistão estão testando as novas concepções e equipamentos. Toda essa parafernália possibilita manter o poder de combate das brigadas, com um efetivo menor (redução nos apoios). Nesse contexto, cerca de 40 000 militares estão sendo transferidos de unidades de apoio ao combate e apoio logístico para unidades de combate.

Há três tipos de *BCTs*: *Light* (infantaria, pára-quedista e assalto aéreo); *Heavy* (*armor e mechanized*, veículos sobre lagartas); e *Stryker* (*mechanized*, veículos sobre rodas). Na atualidade, existem 36, e o objetivo a atingir, é chegar a 43 *BCTs*, o que está sendo feito, reorganizando as unidades de combate de cada divisão, em quatro brigadas, em vez das três anteriores. Existem também algumas brigadas independentes. Gradualmente, esta reformulação também será levada às Brigadas da Reserva e da Guarda Nacional.

No contexto dessa reorganização, cerca de 60 000 militares retornarão aos EUA, de bases, principalmente, na Europa, e também na Coreia do Sul. A idéia é pré-posicionar material e equipamento para os *BCTs*, em locais selecionados, e, quando necessário, deslocá-los a esses pontos, por transporte aéreo, deixando-os prontos para desdobramento, num período de poucos dias. Apesar da voz corrente que a Força Terrestre chegou a um nível sem precedentes de flexibilidade e desdobramento, ainda existe uma clara dicotomia a respeito desta transformação. E, sem dúvida alguma, o aspecto fundamental para a plena aprovação da presente transformação é a consecução de um resultado final positivo dos conflitos nos Teatros de Operações do Iraque e do Afeganistão.

4 AS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Ao início do mês de junho de 2008, o Secretário de Defesa Gates demitiu sumariamente o Secretário e o Comandante da Força Aérea dos EUA. O controvertido e traumático episódio veio no bojo de uma crise que dividiu a comunidade de segurança e defesa em dois partidos. Um, do qual faziam parte autoridades do mais alto escalão da *USAF*, que defendia que o preparo e o planejamento do emprego das Forças Armadas dos EUA deveria estar voltado para os conflitos armados a serem vivenciados contra grandes potências, no futuro; o que demandaria uma prioridade absoluta para a manutenção e o desenvolvimento de capacitações tradicionais para a Guerra Convencional. O outro partido advogava que, tendo como fato consumado, a condução atual da chamada “Longa Guerra”, e a imensa superioridade convencional dos EUA, tornar-se-ia impositiva a priorização do preparo e do emprego, visando a Guerra Irregular. Gates aproveitou a oportunidade para criticar com severidade a cúpula de então, na *USAF*, por estar falhando na reorientação dos tipos de conflito que os Estados Unidos estão atualmente engajados. Ratificou críticas feitas por integrantes de diferentes unidades do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais, que a Força Aérea deveria incrementar as ações de reconhecimento (inclusive com veículos aéreos não tripulados) e a execução das tarefas de interdição aérea e de apoio aéreo aproximado às operações no Iraque e no Afeganistão.

Nesse contexto, em julho de 2008, o Secretário Gates tornou público um documento contendo a “*USA 2008 National Defense Strategy*”. Há que se destacar que, diferentemente de seu antecessor, severamente criticado pelo fato de ignorar o parecer dos membros do Alto Comando das Forças Singulares, Robert Gates só o tornou público, após submetê-lo ao *Chairman of the JCoS* e aos *CoS* (Cmt) de cada Força Singular. Este documento dirime qualquer dúvida e enfatiza que, nos próximos 20 anos, o desafio prioritário a ser enfrentado é aquele materializado

por estados nacionais e organizações não estatais que se constituem em ameaças à segurança nacional dos EUA e de seus aliados, pela implementação das táticas, técnicas e procedimentos de Guerra Irregular. A presente Estratégia também clarifica que os EUA manterão e incrementarão suas capacitações militares tradicionais, buscando uma prevalência ainda maior no campo de batalha convencional, inclusive, no que se refere à manutenção do arsenal de armamento nuclear.

Entretanto, ainda não satisfeito com o cenário em presença naquele momento, a 1º de dezembro de 2008, depois de confirmado Secretário de Defesa do Governo Obama, Robert Gates ratificou sua posição, de modo inédito e inequívoco, na história militar contemporânea dos EUA, expedindo um documento contendo a “*Department of Defense Directive for Irregular Warfare*”. Esta impressionante Diretriz tem como objetivo: “Estabelecer a política e determinar responsabilidades para o *DoD* conduzir a Guerra Irregular e o desenvolvimento de capacitações para enfrentar os desafios irregulares à segurança nacional”. Na definição da política, o presente documento enfatiza as seguintes ações estratégicas:

a Reconhecer que a Guerra Irregular é tão estrategicamente importante quanto a guerra tradicional.

b Implementar a proficiência do *DoD* para a Guerra Irregular, a qual também incrementa sua capacitação na conduta de Operações de Estabilidade. Operações de Estabilidade são uma missão fundamental que o *DoD* deverá estar em condições de conduzir, no contexto de todo o espectro de operações militares.

c Conduzir a Guerra Irregular independentemente, ou em combinação com a guerra tradicional.

A presente Diretriz, dentre outras prescrições determina responsabilidades específicas ao *Chairman JCoS*, a cada *CoS*, e aos Comandantes dos Comandos Combatentes Unificados (distribuídos pelos cinco continentes). Nas responsabilidades atribuídas ao Comando de Operações Especiais (SOCOM), destacam-se:

a Liderar o desenvolvimento de treinamento relevante e padrões de educação para a Guerra Irregular, para indivíduos e unidades.

b. Desenvolver capacitações nas Forças de Operações Especiais, para estender o alcance dos EUA a áreas negadas e ambientes operacionais incertos, operando com, e por meio de, forças estrangeiras nativas, ou pela condução de operações de baixa visibilidade.

Esta Diretriz do *DoD* é considerada, na atualidade, o documento básico de mais alto nível, na condução da “*Long War*”.

5 IRAQUE E AFEGANISTÃO

A autoridade militar atualmente responsável pelos Teatros do Iraque e do Afeganistão, Comandante do *Central Command*, Gen David Petraeus, é, exatamente, o autor de um novo Manual de Campanha – “*Counterinsurgency*” que, recentemente, adotado pelo Exército e pelo Corpo de Fuzileiros Navais, reformulou decisivamente o modo como as ações passaram a ser conduzidas, particularmente, no Iraque. Pela doutrina nele contida, retifica-se a idéia de que os EUA não fazem “a reconstrução de um país”. Em última análise, o manual recomenda que a contra-insurreição é um “trabalho social armado”, onde, além das imprescindíveis ações de combate visando a neutralização da violência propagada pela subversão e pelo terrorismo, torna-se imprescindível o planejamento e a execução esmerada de Operações de Estabilidade, cujo enfoque principal é, precisamente, a reconstrução da infra-estrutura de serviços essenciais da nação conflitada. E no Comando da Força Multinacional do Iraque, o Gen Petraeus, após reforçar aquele contingente com o “*surge*” de 30 000 combatentes, reverteu completamente o cenário catastrófico que ali se desenhava, restabelecendo padrões de segurança aceitáveis.

Entretanto, apesar da significativa evolução, o ambiente operacional no Iraque, ainda é extremamente complexo. E o problema fundamental, na atualidade, é a questão da presença ou não das tropas dos EUA. Na visão dos sunitas, a presença norte-americana é indispensável para protegê-los da violência xiita. Numa perspectiva xiita, a presença norte-americana também se faz necessária, porque evita que o Irã domine os xiitas do Iraque. E, na visualização dos curdos, a presença norte-americana é indispensável, porque garante a sua segurança das retaliações dos demais grupos. Tudo indica que com o restabelecimento da segurança e a significativa implementação dos serviços públicos essenciais em todo o território, o processo democrático evoluiu significativamente. Não há dúvidas que o atual governo do Primeiro Ministro xiita Nouri al-Maliki está forte, na verdadeira acepção da palavra. Porém, ainda não há evidências claras que, caso as tropas norte-americanas deixem o País, esse Governo permanecerá pró-EUA. Na verdade, no presente cenário, os três atores principais, EUA, Iraque e Irã, se não alcançaram plenamente os objetivos a que se propunham, atingiram muito mais do que podiam esperar em 2006. Essa constatação assegura, até um certo ponto, alguma estabilidade na região.

O Iraque permanece um País de imensa relevância estratégica no Oriente Médio, fazendo fronteiras com Kwait, Arábia Saudita, Jordânia, Síria, Turquia e Irã. Numa visão prospectiva, alguns fatos portadores de futuro estão suficientemente claros. Após 5 anos de guerra, as tropas do *U.S. Army* e do *U.S. Marine Corps* (Fuzileiros Navais) estão exauridas. E, há que se reduzir o efetivo em presença, até porque, manter o padrão atual de 150 000 combatentes é, inclusive, estrategicamente perigoso, porque a Força Terrestre dos EUA precisa recompor sua Reserva Estratégica. Por outro lado, não há como abandonar aquele território, a curto prazo. Daí, os dilemas em presença na complexa situação são: Qual o efetivo a permanecer no Iraque, em quais locais e até quando?

Em 27 de fevereiro deste ano, na Base do Corpo de Fuzileiros Navais, em Camp Lejeune, o Presidente Obama declarou que, em 31 de agosto de 2010, o grosso do contingente norte-americano será retirado (cerca de 100 000 soldados), encerrando-se as operações de combate no Iraque, permanecendo uma tropa de menor efetivo (cerca de

50 000), até dezembro de 2011. Será que nesses prazos, as forças iraquianas estarão em condições de assumir a plena responsabilidade pela segurança?

Por outro lado, para complicar ainda mais o cenário, ocorreu um renascimento muito perigoso do Movimento Talibã, no Afeganistão. Em consequência, já é voz corrente no Pentágono, que parte da tropa evacuada do Iraque deverá destinar-se ao Afeganistão. E, hoje, está cada vez mais evidente que o problema Talibã não é apenas do Afeganistão, é também um problema do Paquistão, com todas as incertezas e idiosincrasias que envolvem aquele também conturbado País. E, talvez, como um indício de mau agouro, a mídia norte-americana já identifica o conflito do Afeganistão como “*The Obama’s War*”.

6 CONCLUSÃO

Existe um consenso entre analistas internacionais de que a capacidade dos EUA em lidar com futuras ameaças está diretamente relacionada com a solução, a bom termo, dos atuais conflitos no Iraque e no Afeganistão; e que o insucesso – ou algo que possa ser entendido como insucesso – tanto num território quanto no outro, seria um choque desastroso para a credibilidade dos EUA, tanto entre seus amigos e aliados quanto dentre seus potenciais adversários.

Em consequência, apesar das posturas antagônicas ainda existentes, não há mais questionamentos que, para o atual Comandante-em-Chefe das Forças Armadas dos EUA, recém empossado na Casa Branca, as prioridades são: manter seguro de ameaças contra-terror, o patrimônio nacional dos EUA, e concluir com êxito as complexas questões do Iraque e do Afeganistão. Tais tarefas extremamente difusas são, sobretudo, objeto das ações subversivas e tremendamente violentas de poderosas organizações não estatais, as quais, em determinados ambientes operacionais, contam com o apoio velado (e até mesmo ostensivo) de estados nacionais potenciais perturbadores da ordem internacional.

As Forças Armadas dos EUA, em particular, o seu Exército e o seu Corpo de Fuzileiros Navais não podem se dar ao luxo de rejeitar o desdobramento nesses tipos de ambientes operacionais, porque as ações a realizar não são conformes ao seu “*American Way of War*”. E há também algo que a ação de comando do Gen David Petraeus, no Iraque, deixou muito claro. A solução de crises e conflitos dessa natureza não é apenas uma questão de vontade, mas, sim, de capacidade.

A guerra tornou-se ainda mais inevitavelmente trágica, incerta e ambígua. Hoje, com a presença de forças irregulares amigas e inimigas, misturadas no seio da população civil não combatente, paralelamente à capacitação operacional para combater, faz-se necessário uma permanente atenção com as dimensões humanas, políticas, culturais e psicológicas.

A própria análise das agruras a que o Exército mais poderoso do mundo tem sido submetido, permite inferir-se que, hoje, é importante uma postura cética com relação às análises de sistemas, modelos computadorizados,

jogos de guerra, ou doutrinas idealistas, triunfalistas e etnocêntricas que induzem à possibilidade de submeter um inimigo pelo choque, pela intimidação ou pelo pavor, rejeitando a imutável e terrível realidade da guerra que demanda a infiltração noturna sob péssimas condições meteorológicas, a luta sangrenta, seja na selva, seja casa a casa, quarteirão a quarteirão, e, cujo sucesso está, hoje, mais do que nunca, intimamente relacionado ao profundo conhecimento que os profissionais da arte da guerra devem ter do “terreno humano”.

*** General de Brigada na Reserva, especialista em Operações Especiais e Guerra Irregular.**